



EUGENISMO E A FALÁCIA DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA: UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Reinaldo Benedito Nishikawa¹
William da Cruz Marques²

Eixo Raça, racialização e racismo: Racismo e antirracismo.

Palavras-chave: raça; racismo; antirracismo; eugenia.

INTRODUÇÃO

A população negra foi, durante 300 anos, sistematicamente retirada de seu local de origem, comprados enquanto mercadorias e privados de garantias básicas. A eles foram negados o status de “humano”, vítimas de um “apêndice do emergente modo de produção capitalista” (NOVAIS apud OLIVEIRA, 1987) que era o escravismo colonial. Na concepção da ciência dos séculos XVIII e XIX a justificativa para tais atitudes era uma correlação entre capacidade e raça.³

Assim sendo, o presente resumo tem por objetivo não só analisar os estudos e conclusões sobre a eugenia racial que surgiu a partir de distorções dos estudos de Charles Darwin e que culminaram nas clínicas de esterilização em massa nos EUA, mas também evidenciar o quanto tais ações, importadas pelo partido nacional-socialista de extrema direita alemão, contribuíram para a construção da ideologia nazista (CRUZ, 2012).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por toda a história da humanidade são encontrados indícios de que indivíduos com deficiências físicas ou mentais eram eliminados, tanto na Esparta antiga quanto nos povos celtas e indígenas sul-americanos. Não obstante, foi por meio de Francis Galton, que a eugenia se formalizou e recebeu tal nome. Seus estudos, extremamente influenciados pela teoria da seleção natural desenvolvida por seu primo, Charles Darwin, afirmavam que as habilidades cognitivas e morais eram, principalmente, provenientes da hereditariedade e não da estrutura socioeconômica na qual o indivíduo estava inserido⁴.

Galton teve por objetivo desenvolver uma ciência cuja finalidade era suprimir a degeneração da

¹ Doutor; IFPR *Campus* Londrina; reinaldo.nishikawa@ifpr.edu.br

² Discente Ensino Médio Integrado; IFPR *Campus* Londrina; willian.marques.biotec2020@gmail.com

³ Alguns estudos científicos, como por exemplo, a craniologia e a frenologia serviram de justificativa para hierarquizar as raças e, ao mesmo tempo, justificar a servidão de uma sobre a outra, dando origem ao termo eugenia racial.

⁴ Tal processo se desenvolveu e veio a ser chamado de “Darwinismo social”, que consiste na “aplicação das leis da Teoria da Seleção Natural de Darwin na vida e sociedade humanas” (BOLSANELLO, 1996).



suposta “raça” humana, pois, para ele os estudos corretos possibilitariam acelerar a eliminação daqueles que prejudicavam a evolução humana, do mesmo modo como era feito em cavalos e bois ou cães. Em suas palavras, “O que a natureza faz cega, vagarosa e impiedosamente, o homem pode fazer agora, consciente, rápida e agradavelmente” (CRUZ, 2012). Assim surgiu a eugenia, baseada em estudos estatísticos e na sua teoria da herança ancestral, que afirmava serem os antepassados os responsáveis pelas características dos seres humanos em todos os aspectos, com os pais influenciando em $1/2$, os avós em $1/4$ e assim progressivamente com a razão geométrica de 0,5 para cada geração.

A conexão entre eugenia e racismo deu-se, por sua vez, no livro *L’arien*, de Lapouge. Nele o autor desenvolve o conceito das raças superiores, as quais entendia ser a ariana, sendo as demais inferiores (judeus, negros e asiáticos). Algo implícito nas teorias do próprio Darwin, mas que foi abertamente defendido por Gobineau e assim ganhou adesão dos grupos hegemônicos da sociedade (BOLSANELO, 1996).

Todavia, não apenas no velho continente a barbárie foi justificada pela hereditariedade do que era entendido por degeneração. Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos utilizaram dos conceitos de eugenia racial para justificar e legitimar suas práticas.

Contemporaneamente, no que se refere ao Brasil, as feridas causadas pela escravidão possuem impacto colossal na estruturação da sociedade⁵.

Com intuito de embasar nos fatos neutros, utilizaram até mesmo a riqueza do solo, a pluralidade biológica da fauna e flora como metáforas que justificassem a sobreposição dos colonos brancos acima dos demais. Com a grande depressão, as políticas eugenistas passaram a se aproximar mais das teorias Malthusianas de controle populacional do que de Galton, visto que pretendiam impedir o colapso financeiro da democracia liberal americana. A constatação de tais deliberações torna robusta a asserção de que em nenhum momento a hipótese de que o ocorrido estaria relacionado às condições materiais e afetivas relativas aos filhos legítimo e ilegítimo foi levantada, tal era a cegueira produzida pela utópica e irreal neutralidade científica. Esta não agiu se não em prol de reforçar um preconceito classista e identitário já existente.

RESULTADOS

Voltando ao Brasil e contrariando aquilo que o senso comum fazia imaginar, que “As relações raciais no Brasil eram mais harmoniosas do que em outros lugares do mundo” (FRY, 2002) devido ao fato de haver miscigenação profunda entre negros, brancos e indígenas, o que se identificou foi que a etnia se encontra intimamente ligada à separação de classe, com as populações negras sendo mais pobres (FRY, 2002) como demonstrado pelos dados do IBGE (2019) supramencionados na introdução do presente artigo.

⁵ Segundo a matéria do UOL que relata os dados do informativo “Desigualdades Por Cor ou Raça no Brasil” do IBGE, 75,2% entre a população que está nos 10% mais pobres são negros, o inverso dos 10% mais ricos, onde brancos representam 70,3%. (IBGE, 2019)



O resultado desse abismo socioeconômico resultou na formulação de uma tradição das elites, que tinham medo dos povos de descendência africana por considerá-los bárbaros, preguiçosos e propensos ao crime, bem como menos capazes de seguir ordens. Seguir ordens era algo fundamental pela entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, o que exigia disciplina - bem como o receio dos movimentos operários do exterior, fatores que impulsionaram o movimento de eugenia no maior país da América Latina, cuja primeira sociedade voltada a isso foi criada dez anos após a britânica (STEPAN, 2004).

REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista** [online]. 1996, n.12 [Acesso em: 25 out. 2022], pp.153-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>. Epub 06 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>.

CRUZ, Rodrigo Andrade da. **Oito votos contra um: o desenvolvimento da ciência eugênica nos Estados Unidos**. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRY, P. Prefácio. In: FRY, P. **Raça Como Retórica: a construção da diferença**. Local: Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002. v. único. p.7-9.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censos 2019. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Breve história da escravidão. **Revista de Administração de Empresas** [online]. 1987, v.27, n.4 [Acesso em: 25 out. 2022], pp.62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901987000400011>. Epub 19 jun. 2013. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901987000400011>.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp.330-391. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books. <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>.